



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

MATRIZ DE RISCO

Contratação de empresa especializada para prestação de show artístico da atração musical da cantora ALINE SOUZA, a ser realizado no dia 11 de junho de 2025, na Praça Etelvino Mendonça, em decorrência da 58^a (quinquagésima oitava) Feira do Caminhão “Festa dos Caminhoneiros”

Fase: Execução contratual de empresa prestadora de serviços técnicos especializada na apresentação artística da cantora ALINE SOUZA.

A Matriz de Risco é composta de:

1. Descrição da fase prevista para contratação.
2. O evento de risco incerto que, se ocorrer, afeta a realização dos objetivos da contratação.
3. Condições que viabilizam a concretização de um evento de risco.
4. Identificação de quais são as consequências no caso da ocorrência do risco.
5. A avaliação da probabilidade e do impacto deverá ser analisada em uma escala de 1 a 5, conforme definida na tabela abaixo:

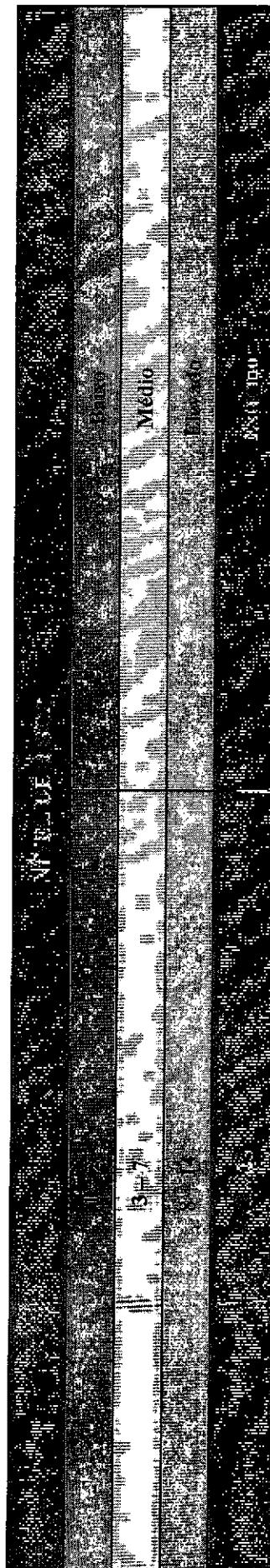
PROBABILIDADE	IMPACTO	VALORES				
		1	2	3	4	5
Muito Baixa	Evento extraordinário, sem histórico de ocorrência	1	2	3	4	5
Baixa	Evento estatístico, inesperado, muito embora não seja raro, não há histórico de sua ocorrência	2	3	4	5	Impacto mínimo nos objetivos



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

Média	Evento esperado de frequência reduzida com histórico de ocorrência parcialmente conhecido	Impacto mediano nos objetivos com possibilidade de recuperação
Alta	Evento usual com histórico de ocorrência amplamente conhecido	Impacto significante nos objetivos com possibilidade de recuperação
Muito Alta	Evento repetitivo constante	Impacto máximo nos objetivos sem possibilidade de recuperação

6. Após o resultado do cálculo de probabilidade x impacto será obtido o nível do risco, que poderá ser classificado como baixo, médio, elevado e extremo, conforme tabela abaixo:



7. Tratar o risco consiste em propor ações para prevenir, transferir, mitigar ou aceitar o risco. Neste campo, deve-se descrever a ação/resposta mais adequada para o tratamento do risco identificado.
8. Identificar o responsável ou responsáveis pela ação proposta.



Assim, temos a seguinte Matriz de Risco:

Fase	Evento de Risco	Causas	Consequências	Probabilidade	Impacto	Resposta		Contingência	Mitigação	Equipe de Planejamento
						Nível de Risco	Resposta			
Planejamento	Recurso para assinatura do instrumento	Mergulho no preço proposto; não disponibilidade da artista almejada.	Nonormalização de instrumento e assim, não conseguiremos o serviço artístico necessário.	4	4	Verde	Ação de contingência: aterir com a máxima precisão os praticados no mercado, de modo a evitar distorções.	Contratante e Contratado	Realizar novo procedimento, abertura de AAP.	Equipe de Planejamento Municipal
Planejamento	Evolução inadequada do empresário que representa o artista	Falta de rigor na seleção do prestador, falhas na pesquisa de mercado, não observância dos	Prejuízo na qualidade do artista ameaçado na dificuldade no cumprimento das obrigações legais	4	4	Amarelo	Realizar pesquisa de mercado, elaborar e analise critica dos requisitos de qualificação	Realizar	Realizar	Equipe de Planejamento Municipal



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

<p>Requisitos de qualificação das empresas e identidade do empreendedor, comprovadas, independentemente, por empresário impenitente, assinado.</p>	<p>Técnicas, experiências e liberdade, no sentido de identificar o empreendimento que mais se adequa às medidas legais, mercadológicas e econômicas, conforme o Término de Referência para reaver os possíveis valores despendidos antecipadamente.</p>	<p>Contingência: Elaborar uma justificativa robusta demonstrando a necessidade do serviço à nobreza artística, com base em critérios objetivos fundamentados.</p>
<p>Contratação com base na reputação sem justificativa robusta falada.</p>	<p>Quesionamentos sobre a nobreza da reputação do artista.</p>	<p>Planejamento</p>



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

<p>Responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato.</p> <p>Estabelecer um canal de comunicação claro e transparente com a contratada.</p> <p>Monitorar continuamente o desempenho da contratada.</p> <p>Adotar as medidas legais pertinentes conforme item 17.25 e 18.22, do Termo Referência para reavaliar os possíveis valores pendidos antecipadamente.</p>	<p>Contingência.</p> <p>Prever no contrato mecanismos de reajuste de preços com base em índices oficiais.</p>
<p>Inovação</p> <p>Impacto no orçamento da Prefeitura Municipal.</p> <p>necessidade de readequação orgântaria.</p>	<p>Elevação dos custos.</p>
<p>Gestão do Contrato</p>	<p>Elevação dos custos.</p>
<p>Gestão</p>	<p>Elevação dos custos.</p>



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

Riscos	Motivos de supervenientes, da necessidade dos serviços de apresentação artística no sentido de ser necessário uma duração maior do show.	Risco de não realização do show pretendido, e por consequência, não do prestação do serviço contratado.	Proceder a análise do aumento, acaso ficar restituídos os limites dispostos no Art. 125 da Lei N° 14.133/2011.
Gestão do Contrato	Vazamento de dados, perda de informações, acesso indevido a sistemas informatizados.	Pretendido, e por consequência, não do prestação do serviço contratado.	Contratante e/ou Contratado desidiosos.
Gestão do Contrato	Prejuízo financeiro, perda de credibilidade da Prefeitura Municipal, sanções penais por parte dos órgãos de controle.	Adoção de medidas de segurança para proteger os dados da Prefeitura Municipal, como o uso de senhas, criptografia e sistemas de backup.	Monitorar o cumprimento das medidas de segurança informação contratada.
Gestão do Contrato	Buscando aterranças para otimizar os custos.	Codificação.	Contratante e/ou Contratado desidiosos.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

mitigações, acaso, o evento venha a se materializar, em caráter residual, a viabilidade ou não de contratação de banda diversa emergencialmente.	De modo prévio atentar-se para tal alterações durante execução a contratuais e os apostamentos necessários, na forma do Art. 136, da Lei Federal N° 14.133/2021.
conduzir uma análise vir a prejudicar a expressividade do evento público, como: não conseguir resguardar a preservação da cultura junina.	6.2. De modo a atender a demanda de pagamento pelos serviços assinuamente prestados, podendo ocasionar em contendas judiciais por Enriquecimento Ilícito, na forma do Art. 884, da Lei Federal N° 14.133/2021.
Fatores externos alheios à vontade administrativa que incidem sobre a avença, como a cisão, incorporação da contratada por outra ou empresas, ou remanejamento dos recursos que tornam insubstancial a doação originalmente concebida para os pagamentos.	6.3. De modo a atender a demanda de pagamento pelos serviços assinuamente prestados, podendo ocasionar em contendas judiciais por Enriquecimento Ilícito, na forma do Art. 884, da Lei Federal N° 14.133/2021.
Alteração de requisitos secundários da contratação, como a identificação da empresa, ou a fonte por qual correrá os pagamentos dos serviços.	6.4. De modo a atender a demanda de pagamento pelos serviços assinuamente prestados, podendo ocasionar em contendas judiciais por Enriquecimento Ilícito, na forma do Art. 884, da Lei Federal N° 14.133/2021.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

adocção da liturgia
estabelecida no Art.
9º, da Lei Federal
Nº 14.133/2021.

Em caráter
residual, caso
nenhuma
outra
medida surta efeito.

a
viabilidade
de
pertinência
de
contratar o serviço
por meio diverso.
Ainda, caso
licitante execute o
serviço, mas tenha
como vir a liquidado
seu pagamento
pelos motivos
acondicionados
neste tópico, pagá-
lo mediante
indenização, bem
como instaurar o
procedimento de
apuração de
responsabilização.

Adotar as medidas
legais pertinentes,
conforme item
17.25 e 18.22 do



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

Termo de Referência para tratar os possíveis valores despendidos antecipadamente.	De modo prévio, proceder tanto a elaboração dos membros responsáveis pela fiscalização da equipe responsável pela elaboração das diretrizes.	Consequentemente, elaboração de termos contratuais mais precisos. Mesmo com as	contratação de terceiros, o risco se materializa, consequente ao não cumprimento das obrigações assumidas.	Contratante ou Contratado desidioso.
Falta de capacidade técnica das comissões processantes, falta de crença acerca das responsabilidades dos procedimentos para condução dos processos administrativos.	Falta de capacidade técnica na elaboração dos termos contratuais e, ou falta de capacitação dos membros da equipe de fiscalização.	Consequente nulidade dos procedimentos quando aplicados, impossibilidade de sancionar contratos pelas instâncias competentes, de sensação de impunidade, ambiente propício à ocorrência de irregularidades na execução do contrato.	2.	5.
Gestão do Contrato	Relações entre os contratos e normas pertinentes para condução desses processos.	Intercalação de contratos esparsos, levando a não instauração dos processos ou à		



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

<p>1. Insistência dos processos sem os elementos mínimos necessários (p. ex., da conduta, nexos tipificados, de causalidade, de culpabilidade, provas, garantia de contraditório e ampla defesa)</p>	<p>continuidade do abastecimento seja com a fornecção dos demais licitantes, para a execução de remaneccentes da forma do §6º do Art. 9º da Lei N° 14133/2021. Em caráter residual, caso nenhuma outra medida surta efeito, estudar viabilidade de pertinência de contratação por meio diverso.</p>	<p>De modo previo, proceder, tanto a capacitação dos membros responsáveis pela fiscalização e equipe responsável pela elaboração das diretrizes.</p>	<p>Contratante</p>
<p>2. Falta de previsão de sanções para especificas obrigações relevantes contratos.</p>	<p>levando à dificuldade de identificar o desvio a sancionados, determinar prejuízo causado e calcular a sanção proporcional a elas, com consequente dificuldade para</p>	<p>2.5</p>	<p>Contratado</p>
<p>3. Gestão do Contrato.</p>	<p>Falta de capacidade técnica e estipulação dos termos contratuais, unilateralmente com a ausência de definição clara da irregularidade, da forma de cálculo da sanção e das</p>	<p>3.1</p>	<p>desidioso</p>
			<p>Consequente elaboração de</p>



ESTADO DE SERGipe
PREFEITURA DE ITABAIANA

aditar sanções que contribuam para trazer o contrato à normalidade, ou, se mesmo a anulação das sanções aplicadas.	termos contratuais mais precisos. Mesmo com as prestações acaso o risco sem materializar, rescisão do termo contratual com consequente deflagração do PAAD, bem como proceder as medidas necessárias para prover a continuidade do abastecimento, seja com a concretação dos demais licitantes, para execução de renanecente, na forma do §6º, do Art. 90 da Lei N.º 14.133/2021. Em caráter residual, e, caso nenhuma outra medida surta efeito, estudar a viabilidade e pertinência
evidências necessárias para a penalização	evidências necessárias para a penalização



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

<p>contratar o serviço por meio diverso. Adotar as medidas legais pertinentes conforme item 1725, e, 18.22, do Termo de Referência para reaver os possíveis valores despendidos antecipadamente.</p>	<p>De modo previsor, tanto a proceder à capacitação dos membros, responsáveis pela fiscalização, equipe responsável pela elaboração das diretrizes. Consequentemente, elaboração de termos contratuais mais precisos. Mesmo com as precauções, a caso o risco se materialize, rescisão do termo contratual, com consequente</p>
<p>Falta de consideração da desimetria de aplicação das sanções (Lei 14.133/2021).</p>	<p>levando à falta de proporcionalidade e de razoabilidade da decisão, com consequentes efeitos da responsabilidade da equipe responsável pela fiscalização.</p>
<p>Gestão do Contrator.</p>	<p>Ausência de capacitação da equipe responsável pela fiscalização.</p>
<p>56. Sua natureza e gravidade das infrações peculiares do caso concreto, circunstâncias agravantes ou atenuantes, danos</p>	<p>2.5.</p>



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

delegado do P.A.D., bem como as medidas necessárias para prover a continuidade do abastecimento, seja com a convocação dos demais licitantes, para a efecção de remanescente, na forma do seu Art. 90, da Lei N° 14.133/2021.	Em caráter residual, nenhuma medida surta efeito, estudar viabilidade, permanência, contratar o servidormelhordiverso.	Proceder tanto a capacitação da equipe técnica quando estabelecer fluxo administrativo.
5	2	Lei
Falta de atualização do Cadastro Nacional de Empresas.	Tal evento pode ser originado da falta da atuação da capacitação da equipe técnica responsável.	Contração da Escalização



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

14.133/2021, com
consequente
ineficácia
da
assessorante,
levando a não
disponibilização
dos serviços em
tempo
habil
para tanto:
e quanto influxo
de demandas
de
assessorante,
levando a não
disponibilização
dos serviços em
tempo
habil
para tanto:

com
organizações
públicas,
empresas
restituções.

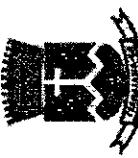
equilibrado, para
que esses possam
dispor
do tempo
necessário
desempenhar suas
funções.
Mesmo com as
precações, acaso o
risco se materialize,
ressisão do termo
contratual com
consequente
deflagração
PAAD, bem como
proceder
medidas
necessárias
para
continuidade
do
abastecimento, seja
com a convocação
dos
licitantes,

remanescente,
na
forma do §6º, db
Art. 90, da Lei N°
14.133/2021.
Em caráter
residual, caso
nenhuma
medida surta efeito,



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

<p>1. Desconhecimento por parte dos responsáveis da gestão do contrato, como contratado, das sanções que podem ser aplicadas, que não apresentam registros que desabrem o contrato judicializado.</p>	<p>2. Falta de transparência quanto aos termos pactuados, entre as partes, de contratações reiteradas, de empresas que não entregam os objetos contratados adequadamente, não possuindo convocação dos demais licitantes para execução.</p>	<p>3. Gestão do Contrato, com a divulgação ostensiva dos termos contratuais, inerente às sanções e eventuais litígios, com prejuízos a caso o risco se materialize.</p>	<p>4. Rescisão do termo contratual, consequente deflagração do PAAD, bem como proceder as medidas necessárias para prover continuidade ao abastecimento, seja com a convocação dos demais licitantes para execução.</p>	<p>5. Gestão do Contrato, com a divulgação ostensiva dos termos contratuais, inerente às sanções e eventuais litígios, com prejuízos a caso o risco se materialize.</p>
<p>6. Estabilidade de permanência de contrato de serviço por meio diverso.</p>	<p>7. Divulgação ostensiva dos termos contratuais, inerente às sanções e eventuais litígios, com prejuízos a caso o risco se materialize.</p>	<p>8. Gestão do Contrato, com a divulgação ostensiva dos termos contratuais, inerente às sanções e eventuais litígios, com prejuízos a caso o risco se materialize.</p>	<p>9. Gestão do Contrato, com a divulgação ostensiva dos termos contratuais, inerente às sanções e eventuais litígios, com prejuízos a caso o risco se materialize.</p>	<p>10. Gestão do Contrato, com a divulgação ostensiva dos termos contratuais, inerente às sanções e eventuais litígios, com prejuízos a caso o risco se materialize.</p>
<p>11. Gestão do Contrato, com a divulgação ostensiva dos termos contratuais, inerente às sanções e eventuais litígios, com prejuízos a caso o risco se materialize.</p>	<p>12. Gestão do Contrato, com a divulgação ostensiva dos termos contratuais, inerente às sanções e eventuais litígios, com prejuízos a caso o risco se materialize.</p>	<p>13. Gestão do Contrato, com a divulgação ostensiva dos termos contratuais, inerente às sanções e eventuais litígios, com prejuízos a caso o risco se materialize.</p>	<p>14. Gestão do Contrato, com a divulgação ostensiva dos termos contratuais, inerente às sanções e eventuais litígios, com prejuízos a caso o risco se materialize.</p>	<p>15. Gestão do Contrato, com a divulgação ostensiva dos termos contratuais, inerente às sanções e eventuais litígios, com prejuízos a caso o risco se materialize.</p>
<p>16. Gestão do Contrato, com a divulgação ostensiva dos termos contratuais, inerente às sanções e eventuais litígios, com prejuízos a caso o risco se materialize.</p>	<p>17. Gestão do Contrato, com a divulgação ostensiva dos termos contratuais, inerente às sanções e eventuais litígios, com prejuízos a caso o risco se materialize.</p>	<p>18. Gestão do Contrato, com a divulgação ostensiva dos termos contratuais, inerente às sanções e eventuais litígios, com prejuízos a caso o risco se materialize.</p>	<p>19. Gestão do Contrato, com a divulgação ostensiva dos termos contratuais, inerente às sanções e eventuais litígios, com prejuízos a caso o risco se materialize.</p>	<p>20. Gestão do Contrato, com a divulgação ostensiva dos termos contratuais, inerente às sanções e eventuais litígios, com prejuízos a caso o risco se materialize.</p>



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

<p>A.I. 90, da Lei N° 14.332/2021.</p> <p>Em caráter residual, acaso outra medida surta efeito, estuda a viabilidade e pertinência de contratar o serviço por meio diverso.</p>	<p>Capacitação do servidor responsável pelo elidir a situação, em especial, com a prestação dos serviços de subtenentes auxiliem a apreciação da dimensão do erro materializado, com vista a manutenção do contrato, ou em não sendo possível, adota medidas comunitárias diversas, como, a convocação de</p>
<p>Aliiação precipitada do contrato sem uma avaliação prévia dos impactos da medida, com consequentes prejuízos maiores ao interesse público, inclindo a interrupção de atividades essenciais e passível de condenação a indenizar licitante, contratado, por danos e perdas sofridos, caso a</p>	<p>Falta de discernimento sobre os impactos inerentes a cada evento que possa vir a se consubstanciar no sentido de conseguir definir se o erro é passível de convalidação ou anulação a custo.</p>
<p>Recejo do gestor que responsabilizado pela manutenção do contrato evitou que ilegalidade insana o entendimento de que o contrato deve ser anulado a custo.</p>	<p>Gestão do Contrato</p>



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

Legalidade não seja de sua responsabilidade.	
Licitante para execução remanescente na forma do § 6º do Art. 90 da Lei Federal N° 14.133/2021.	Em caráter residual, nenhuma outra medida surta efeitos estúdios de viabilidade pertençam ao contrato, o serviço por meio diverso.
Art. 92, inc. IX, da Lei n° 14.133/2021.	
Itabaiana/SE, em 25 de março de 2025.	
Em conformidade com a legislação que rege o tema, encaminhe-se à autoridade competente para conhecimento e para a fiscalização da contratação e demais providências cabíveis.	

Observações:

- A Matriz de Risco deve ser atualizada periodicamente, de acordo com as alterações que possam ocorrer durante a execução contratual.
- É fundamental analisar os riscos e adotar medidas preventivas para aumentar as chances de sucesso na contratação e na execução dos serviços, garantindo uma gestão tributária eficiente, transparente e em conformidade com a legislação.

Referência legal:

- ✓ Art. 92, inc. IX, da Lei n° 14.133/2021.

Itabaiana/SE, em 25 de março de 2025.

Em conformidade com a legislação que rege o tema, encaminhe-se à autoridade competente para conhecimento e para a fiscalização da contratação e demais providências cabíveis.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DE ITABAIANA

Cleverton Teles de Jesus
Cleverton Teles de Jesus
(Membro convidado)